

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos nossos acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A., relativas aos exercícios findos ao Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e de 2014 e o respectivo Parecer dos Auditores Independentes. A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. mantém sólida posição financeira, inclusive com ativos livres da ordem de R\$ 20,9 milhões. A Sociedade administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e de risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 483/2014. A Rio Grande Seguros e Previdência aproveita a oportunidade para agradecer especialmente aos Acionistas pela confiança, à sua equipe de funcionários e aos seus parceiros e corretores pela conquista desses resultados, aos clientes pela preferência e confiança, à SUSEP pelo apoio. Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2015. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE	54.650	50.543	32.871	28.694
Disponível	318	2.000	95	102
Caixa e Bancos	318	2.000	92	76
Aplicações	53.591	45.924		
Outros Créditos Operacionais	573	561		
Títulos e Créditos a Receber	168	2.058		
Títulos e Créditos a Receber	51	1.752		
Créditos Tributários e Previdenciários	117	306		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.887	1.370		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.590	1.149		
Títulos e Créditos a Receber	1.590	1.149		
Créditos Tributários e Previdenciários	—	13		
Depósitos Judiciais e Fiscais	1.590	1.136		
Investimentos	164	126		
Participações Societárias	164	126		
Imobilizado	74	50		
Bens Móveis	40	34		
Outras Imobilizações	34	16		
Intangível	59	45		
Outros Intangíveis	59	45		
TOTAL DO ATIVO	56.537	51.913	56.537	51.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013. (Em milhares de reais).

1. **CONTEXTO OPERACIONAL:** A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163 6º andar, Centro, CEP: 90010-001 na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação no ramo de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia não comercializou seguros de pessoas e planos de previdência complementar no exercício de 2014 e 2013. A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., e é controlada em última instância pela Icatu Holding S.A. A mudança da denominação social da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. anteriormente denominada Companhia Brasileira de Seguros e Previdência, ocorreu por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de Outubro de 2014 e arquivada na Junta Comercial do Rio de Janeiro em 30 de Dezembro de 2014. Nesta referida assembleia, também foi aprovada a alteração do endereço da sede da Companhia para Rua Siqueira Campos nº 1163 6º andar, Centro, CEP: 90010-001 na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. O ato societário acima foi aprovado por meio da Portaria SUSEP 96º de 16 de Dezembro de 2014. 2. **ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 2.1 Base de Preparação.** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 483/14, normas do CNSP e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas" no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. A Circular SUSEP nº 483, de 6 de janeiro de 2014, revogou a Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013, alterando o plano de contas a ser utilizado pelas entidades supervisionadas. A Receita com emissão de Apólice teve sua divulgação reclassificada no valor de R\$ 1.630 para efeito de comparabilidade, modificando a linha de Outras Receitas (Despesas) Operacionais em 2013 de (R\$ 364) para (R\$ 1.994). Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973, que altera a legislação tributária relativa ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, e revoga o Regime Tributário de Transição (RTT). Neste contexto, a Administração da Companhia efetuou avaliação inicial das disposições contidas na referida lei e optou pela não adoção antecipada para o ano-calendário de 2014. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de Fevereiro de 2015. 2.2 **Base de Mensuração.** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas pelo regime de competência. Os ativos e passivos são mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado". A companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade, sendo que aqueles onde não é possível identificar tais prazos são classificados no "Circulante", caracterizando passivos de exigibilidade imediata. 2.3 **Moeda Funcional e de Apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 2.4 **Uso de Estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para perdas sobre créditos e outros ativos, às provisões técnicas e às provisões judiciais. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que por ventura surjam é efetuado no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Redução ao Valor Recuperável (vide nota nº 3.1.c); • Provisões Técnicas (vide nota nº 3.5 e 8); • Aplicações Financeiras (vide nota nº 5); • Créditos Tributários e Previdenciários (vide nota nº 6) e • Provisões Judiciais (vide nota nº 3.6 e nº 10.1). 3. **RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As práticas mais relevantes adotadas são: 3.1 **Instrumentos Financeiros: a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível.** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. b) **Instrumentos Financeiros não derivativos. Ativos Financeiros.** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários mantidos para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; (ii) Disponíveis para venda - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "títulos mantidos até o vencimento". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com a intenção de negociação. Os ganhos auferidos pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado, enquanto os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido; (iii) Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e (iv) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência e demais contas a receber. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. c) **Redução ao Valor Recuperável.** c.1) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) são mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. c.2) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Capital em Aprovação	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31/12/2012	58.052	—	(45.681)	12.371
Lucro Líquido do exercício	—	—	1.181	1.181
Aumento de Capital em aprovação	—	8.000	—	8.000
SALDOS EM 31/12/2013	58.052	8.000	(44.500)	21.552
Aumento de Capital	8.000	(8.000)	—	—
Prejuízo Líquido do exercício	—	—	(62)	(62)
SALDOS EM 31/12/2014	66.052	—	(44.562)	21.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. 3.2 **Investimentos.** A participação acionária na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. é contabilizada ao custo de aquisição. 3.3 **Imobilizado.** O imobilizado está contabilizado ao custo e a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", na demonstração do resultado. 3.4 **Intangível.** O intangível está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. O intangível deve ser avaliado a cada data de divulgação sobre o valor do ativo e a vida útil estimada. 3.5 **Receitas de Prêmios e Provisões Técnicas.** A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 273/12, alterada pela Resolução CNSP nº 298/13. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. 3.6 **Provisões Judiciais.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objeto de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 e levam em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais. As provisões constituídas para fazer face às perdas decorrentes de ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos pendentes nas datas dos balanços. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das provisões de natureza cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. As mesmas encontram-se contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias são contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante e atualizadas monetariamente pela SELIC. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são corrigidos monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis. 3.7 **Impostos e Contribuições.** 3.7.1 **Impostos Correntes.** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15%. 3.7.2 **Impostos Diferidos.** Os impostos diferidos são constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento do balanço patrimonial sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, ajustadas pelo valor da provisão para não realização, quando aplicável. 4. **GESTÃO DE RISCO:** O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Companhia, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Companhia considera a dimensão e complexidade de suas operações, bem como fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos. 4.1 **Responsabilidade pela Gestão de Riscos:** A Gestão de Riscos tem o suporte dos Diretores Executivos e do Conselho de Administração, com o apoio e avaliação de diversas áreas, dentre as quais Compliance e Controles Internos, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas. Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos têm a atribuição de, periodicamente, rever as estratégias dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para tais riscos. 4.2 **Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos.** A formulação e revisão das políticas de controles internos tem por objetivo a melhoria contínua dos processos e controles na redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. 4.3 **Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos. Principais riscos associados a instrumentos financeiros.** A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de mercado e Risco de Liquidez. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **Risco de Crédito** - O risco de crédito pode ocorrer na possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes dos créditos a emissores privados decorrentes das aplicações financeiras. Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos. Um dos itens que integram essas análises é o *rating* atribuído por agências externas para classificação do risco das empresas e fundos de investimento. A classificação do risco de crédito por agências externas de *rating* é um sistema de mensuração baseado em pontuação e enquadramento dos riscos em classes previamente definidas. As essas classes são atribuídas notas que refletem diferentes graus de risco, de acordo com uma escala predeterminada, que é parte integrante do modelo de avaliação. O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2 conforme definido na nota 5.3, com exceção das cotas de fundos não exclusivos, estava

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO E OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E 2013. (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2013	2014
Prêmios Emitidos	29.559	27.435
Varição das Provisões Técnicas de Prêmios	(245)	70
Prêmios Ganhos	29.314	27.505
Receita com Emissão de Apólices	1.694	1.630
Sinistros Ocorridos	Nota 14 (25.588)	(24.010)
Custos de Aquisição	Nota 14 (420)	(394)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Nota 14 (3.823)	(1.994)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	1.177	2.737
Despesas Administrativas	Nota 14 (1.670)	(1.247)
Despesas com Tributos	Nota 14 (996)	(760)
Resultado Financeiro	Nota 14 2.238	937
Resultado Patrimonial	3	3
RESULTADO OPERACIONAL	752	1.670
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	3	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	755	1.670
Imposto de Renda	Nota 15 (442)	(300)
Contribuição Social	Nota 15 (375)	(189)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(62)	1.181
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(62)	1.181
Quantidade de Ações	936	936
(Prejuízo) Lucro Líquido por Ação - R\$	(66,24)	1.261,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(62)	1.181
(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício	(62)	1.181
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	25	6
Perda (ganho) na alienação de imobilizado intangível	(4)	-
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(7.667)	(10.827)
Créditos das operações de seguros e resseguros	—	1
Créditos fiscais e previdenciários	202	14
Depósitos judiciais e fiscais	(454)	(130)
Despesas antecipadas	—	33
Outros ativos	1.676	(42)
Impostos e contribuições	692	458
Outras contas a pagar	508	135
Débitos de operações com seguros e resseguros	(153)	11
Provisões técnicas - seguros e resseguros	4.337	3.217
Provisões judiciais	1	(1)
Outros passivos	17	-
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	(882)	(5.944)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	—	3
Impostos sobre o lucro pagos	(716)	(432)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades Operacionais	(1.598)	(6.373)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	(29)	5
Imobilizado e Intangível	—	1
Pagamento pela compra:		
Imobilizado e Intangível	(55)	(16)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento	(84)	(10)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	—	8.000
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	—	8.000
Aumento Líquido(a) de caixa no exercício	(1.682)	1.618
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.000	382
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	318	2.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências externas de *rating Standard and Poor's, Fitch e Moody's*, sempre considerando a classificação de *rating* mais conservadora. O Gerenciamento de risco de crédito estão alocados no *rating* AAA em R\$ 46 em 31/12/2014 (R\$ 41 em 31/12/2013). **Risco de Mercado** - É o risco de o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se alterar em virtude da volatilidade de variáveis exógenas existentes no mercado, causadas por fatores adversos. Fundamentamente: taxas de juros, índices de preços (inflação), renda variável e derivativos; onde para cada um destes associa-se um risco específico. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do *VaR (Value at Risk)* paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira, ambas analisadas sobre as posições globais de investimentos. O conceito de *VaR* tem como objetivo quantificar, com base em dados históricos, qual a perda máxima esperada em um prazo específico dentro de um intervalo estatístico de confiança. Os riscos associados a essas estratégias são mensurados através do sistema de controle de risco *Accenture Risk Control*, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos. Análise de Sensibilidade das Aplicações Financeiras. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (i) O *Value at Risk (VaR)* paramétrico que é a perda máxima esperada da carteira, a um nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo determinado. Para este caso utilizamos a janela de um dia com nível de confiança de 95%. A volatilidade foi calculada utilizando o modelo de Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas (EWMA, em inglês) com uma janela de 300 dias e *lambda* de 0,94. (ii) DV01 (*dollar-value for one basis-point*) é uma métrica de risco amplamente utilizada pelo mercado de renda fixa como medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação nas taxas de juros a qual sua remuneração está associada. Consiste em variar a taxa de juros em uma *basis-point*, ou 0,01%, e verificar o quanto o valor justo do título se altera. No quadro abaixo apresentamos: - A perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia *VaR* paramétrico; - A perda com a oscilação de um *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Riscos (Em Reais)	31/12/2014		31/12/2013			
	DIV-01	VAR	Exposição	DIV-01	VAR	Exposição
Préfixado - DI	17	8	53.591	105	129	45.924
Total	17	8	53.591	105	129	45.924

Risco de Liquidez - está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações atuais e futuras, previstas ou não, assim como novas exigências de garantias, sem afetar suas operações ou sua posição financeira. A gestão do risco de liquidez, no âmbito dos ativos financeiros, tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos da Companhia. O risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando o *Modelo de Miller-Orr*. A liquidez de longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	31/12/2014			31/12/2013		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e Bancos	318	—	318	2.000	—	2.000
Aplicações	50.374	3.217	53.591	45.883	41	45.924
Títulos e Créditos a Receber	51	1.590	1.641	1.752	1.136	2.888
Total do Ativo Financeiro	50.743	4.807	55.550	49.635	1.177	50.812

	31/12/2014			31/12/2013		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Passivos Financeiros						
Provisões Técnicas	32.651	—	32.651	28.314	—	28.314
Contas a pagar	95	2.151	2.246	102	1.644	1.746
Débitos das operações com seguros	125	—	125	278	—	278
Total do Passivo Financeiro	32.871	2.151	35.022	28.694	1.644	30.338

Outros riscos corporativos: Risco Operacional - É definido como a possibilidade de

continua



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A. CNPJ: 01.582.075/0001-90 (Nova denominação da COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA)

www.icatuseguros.com.br Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ Tel: (21) 3824-3900

perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia.

Table with columns: 31/12/2014, 31/12/2013, Valor Contábil/Valor de Mercado. Rows: Até 1 ano, De 1 a 5 anos, Acima de 5 anos, Total.

5.2 Movimentação das Aplicações: Saldo em 31/12/2012, Aplicação, Resgate, Rentabilidade, Saldo em 31/12/2013, Aplicação, Resgate, Rentabilidade, Saldo em 31/12/2014.

de 2014 a Resolução CNSP 316/2014 revogou a 302/2013, mantendo a forma de apuração. O índice de liquidez em relação ao CMR em 31 de dezembro de 2014 é de 35,76% e o requerido pela Resolução CNSP 302/2013 é de 20%, equivalentes a R\$ 5.364 e R\$ 3.000, respectivamente.

Table with columns: Receita Dividendo, Contas a receber, Despesas, Receita. Rows: Icatu Seguros S.A., Icatu Capitalização S.A., Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda, Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda, Seguradora Líder dos Consórcios, do Seguro DPVAT.

Sinistros Ocorridos: Indenizações, Avarias de Consórcios e Fundos, Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados, Despesas com Sinistros, Custos de Aquisição, Comissões - DPVAT, Outras Receitas e Despesas Operacionais, Despesas com Cobrança DPVAT, Outras Receitas(Despesas) Operacionais, Despesas Administrativas, Pessoal Próprio, Serviços de Terceiros, Localização e Funcionamento, Publicidade e Propaganda, Convênio DPVAT, Outras Despesas Administrativas, Despesas com Tributos, COFINS, PIS, Taxa de Fiscalização, Outras Despesas com Tributos, Resultado Financeiro, Receitas Financeiras, Títulos de Renda Fixa, Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivo, Receitas Financeiras do Convênio DPVAT, Outras Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros, Outras Despesas Financeiras.

15. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas aliquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social, como se segue:

Table with columns: 31/12/2014, 31/12/2013, IRPJ, CSLL, IRPJ, CSLL. Rows: Resultado antes dos Impostos e Participações, Resultado antes dos Impostos, Adições, Exclusões, Resultado Ajustado, Lucro após as Compensações, Aliquotas Oficiais, Despesas com IRPJ/CSLL, Incentivos Fiscais, Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários, Provisão para Riscos sobre Créditos, Atualização Processo Judicial CSLL, Despesas com IRPJ/CSLL.

16. COMITÊ DE AUDITORIA: Em atendimento à Resolução CNSP nº 312/14, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31/12/2014 da Icatu Seguros S.A.

17. AUDITORIA ATUARIAL: Nos termos do § 1º do art. 13 da Circular SUSEP nº 311/14 não foi realizada auditoria atuarial independente para a Rio Grande Seguros e Previdência S/A por esta operar exclusivamente em DPVAT.

DIRETORIA: Diretor Presidente - Luciano Snl Corrêa, Diretores: José Fiel Faria Loureiro, Alexandre Petrone Vilardi, Contador - Atuarial - Carlos Alberto dos Santos Corrêa - CRC-RJ nº 52.009/O-5, Luciana da Silva Bastos - MIBA nº 1064.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES: Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Anteriormente denominada Companhia Brasileira de Seguros e Previdência) - Porto Alegre - RS. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Opinião. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ, Fernando Antonio Rodrigues Alfredo - Contador CRC ISP252419/O-0.

Nível 2: Table with columns: 31/12/2014, 31/12/2013, Valor Contábil/Valor de Mercado, Taxa média de juros, Valor Contábil/Valor de Mercado, Taxa média de juros. Rows: Letras Financeiras do Tesouro, Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos, Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB, Categoria I - Valor justo por meio de resultado, Total.

As quotas de fundos de investimento estão valorizadas pelos valores das cotas publicamente divulgadas pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos e são resgatadas a qualquer momento. Os vencimentos das aplicações financeiras dos títulos e valores mobiliários, com exceção das quotas de fundos, estão distribuídos da seguinte forma:

8. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS: Table with columns: 31/12/2012, Juros, Constituição, Reversão, 31/12/2013, Juros, Constituição, Reversão, 31/12/2014. Rows: Sinistros a liquidar administrativo, Sinistros a liquidar judicial, Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados, Provisão para Despesas Administrativas, Total.

9. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS: Table with columns: 31/12/2014, 31/12/2013. Rows: Provisões Técnicas - Seguros, Quotas de Fundo de Investimento - Não Exclusivo, Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas, Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB, Letras Financeiras do Tesouro, Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos, Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva, Total de Aplicações.

10. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS: 10.1 PROVISÕES JUDICIAIS. A Companhia possui processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referente às causas fiscais e cíveis. A Companhia adota o procedimento de provisionar a totalidade das contingências cuja probabilidade de perda foi considerada provável.

Table with columns: Saldo em 31/12/2012, Adições, Mone-tária, Saldo em 31/12/2013, Adições, Mone-tária, Saldo em 31/12/2014. Rows: Contribuição social, COFINS, PIS, Total.

10.2 OBRIGAÇÕES FISCAIS: As obrigações fiscais, registradas no Passivo Não Circulante na rubrica Outras Contas a Pagar, são compostas como se segue:

Table with columns: Prejuízo Fiscal, Base Negativa. Rows: Até 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, Saldo.

Os créditos tributários estão demonstrados a seguir: Table with columns: Circulante, Não Circulante, 31/12/2014, 31/12/2013, 31/12/2014, 31/12/2013. Rows: Imposto de Renda Diferido, Contribuição Social Diferida, Provisão Risco s/ Créditos Tributários e Previdenciários, Impostos a Recuperar.

7. INVESTIMENTOS: O saldo apresentado no Balanço Patrimonial corresponde à participação que a Companhia possui na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. O investimento, no montante de R\$ 164 em 31/12/2014 (R\$126 em 31/12/2013), está contabilizado ao custo de aquisição na rubrica de "Participações Societárias".

Table with columns: Saldo em 31/12/2013, Adições, Atualização Monetária, Saldo em 31/12/2014. Rows: Contribuição social, COFINS, PIS, CPMF, Outros, Total.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 11.1 Capital Social. O capital subscrito e integralizado é representado por 936 ações sem valor nominal, sendo 468 ações ordinárias e 468 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o Capital Social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital. 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL REQUERIDO:

Table with columns: 31/12/2014, 31/12/2013. Rows: Patrimônio Líquido, Participação em sociedades financeiras e não financeiras - Nacionais, Ativos Intangíveis, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), Margem de Solvência (MS), Capital Base, Capital de Risco de Crédito, Capital de Risco - Operacional, Capital de Risco, Capital Mínimo Requerido (MAX (CB, CR)) = CMR*, Suficiência.